

Aviso

O Agrupamento de Escolas de Mira torna público a abertura do procedimento concursal em regime de Contrato a Tempo Parcial, para a prestação de serviço de limpeza, nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

1 – Função: As funções inerentes à categoria de Assistente Operacional, descritas no anexo III do Decreto-Lei n.º 184/2004 de 29 de julho.

2 – Número de trabalhadores: 2

3 – Local de trabalho: Agrupamento de Escolas de Mira

4 – Horário Semanal: 3H30/Dia

5 – Remuneração ilíquida: 3,96€

6 – Duração do contrato: até 14 de junho de 2019, ao abrigo da alínea h) do Artigo 57.º da LTFP

7 – Requisitos de admissão:

- a) Ser detentor, até à data limite para apresentação de candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no Artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente:
 - i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
 - ii) 18 anos de idade completos;
 - iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;
 - iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
- b) Os candidatos deverão ser titulares da escolaridade obrigatória ou equivalente, que pode ser substituída por experiência profissional comprovada, tendo em conta que se trata de um recrutamento para a carreira de assistente profissional de grau 1.

8 – As candidaturas serão apresentadas no prazo de 5 dias úteis, contados da data da publicação no Diário da República, mediante preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, o qual está disponível nos serviços administrativos e na página eletrónica do Agrupamento e entregue no prazo de candidatura, pessoalmente, ou enviado pelo correio com registo e aviso de receção, para o Agrupamento de Escolas de Mira, rua Óscar Moreira da Silva, 3070-330 Mira, conjuntamente com os documentos exigidos para o concurso no ponto 9 deste aviso.

9 - A candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, de fotocópias dos seguintes documentos: do certificado de habilitações literárias, bilhete de identidade ou

cartão de cidadão, número de identificação fiscal, número de identificação da segurança social, certificados de formação e declarações do tempo de serviço.

10 – Dada a urgência do procedimento, o método de seleção será exclusivamente a Avaliação Curricular (AC), que visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas:

10.1 – Sendo que:

10.1.1 - (HAB) Habilitação Literária, graduada com a seguinte pontuação:

- i) 20 Valores – Escolaridade Obrigatória e experiência profissional comprovada;
- ii) 18 Valores – Escolaridade Obrigatória ou curso que lhe seja equiparado;
- iii) 16 Valores - Sem escolaridade obrigatória, mas com experiência profissional comprovada.

10.1.2 - (EP) Experiência Profissional, tempo de serviço no exercício das funções a desempenhar, para as quais se promove o presente procedimento concursal, de acordo com a seguinte pontuação:

- i) 20 Valores - 5 anos ou mais de tempo de serviço;
- ii) 18 Valores – de 3 ou mais anos e menos de 5 anos de tempo de serviço;
- iii) 16 Valores – de 1 ou mais anos e menos de 3 anos de tempo de serviço;
- iv) 10 Valores – menos de 1 ano de tempo de serviço;
- v) 0 Valores – sem experiência profissional.

10.1.3 – Formação profissional (FP) – formação profissional direta relacionada com as áreas funcionais a recrutar, de acordo com a seguinte pontuação:

- i) 20 valores – mais de 40 horas de formação;
- ii) 18 valores – de 20 ou mais horas a menos de 40 horas de formação;
- iii) 16 valores - de 10 ou mais horas a menos de 20 horas de formação;
- iv) 14 valores – menos de 10 horas de formação;
- v) 10 valores- sem horas de formação.

10.2 – O Júri pode exigir aos candidatos sujeitos a avaliação curricular que apresentem documentos comprovativos de factos por ele referidos no curriculum que possam revelar para apreciação do seu mérito e que se encontrem deficientemente comprovados.

10.3 – A valoração do método anteriormente referido será convertida numa escala de 0 a 20 Valores, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = (HAB + (EP) + (FP)) / 3$$

11 – Publicação dos resultados: a publicação dos resultados obtidos é efetuada através da lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do Agrupamento e disponibilizada na respetiva página eletrónica.

12- Ordenação final dos candidatos: A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento é efetuado de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 Valores.

13 – Critérios de desempate:

13.1 - Em caso de igualdade de valoração, serão adotados os critérios de ordenação preferencial estabelecidos na alínea b) do artigo 35º da portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, com redação dada pela Portaria 145-A/2011 de 6 de abril.

13.2 – A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela Lei como preferencial, é efetuada de forma decrescente, tendo em conta os seguintes critérios:

- i) habilitação académica mais elevada;
- ii) maior número de dias de experiência profissional;
- iii) maior número de horas de formação certificada na área;
- iv) idade mais elevada.

14 – A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, bem como a exclusão de candidatos ocorrida no decurso da aplicação do método de seleção são notificadas para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo, por uma das formas referidas nas alíneas a), b), c) ou d) do nº 3 do artigo 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação dada pela Portaria nº 145-A/2011 de 6 de abril.

15 – A lista unitária de ordenação final, após homologação, será publicada na 2ª série do Diário da República, afixada em local visível e público das instalações do Agrupamento e disponibilizadas na respetiva página eletrónica.

16 – Nos termos da alínea t) do nº 3 do artigo 19º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação dada pela Portaria nº 145-A/2011, de 6 de abril, os critérios de apreciação e de ponderação do método de seleção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do Júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

17 – Composição do Júri:

Presidente: Carlos Manuel de Ascensão Ferreira- Adjunto do Diretor

Vogais efetivos:

Hélio de Miranda Pacheco – Adjunto do Diretor que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

Maria de Lurdes Domingues Mesquita - Adjunta do Diretor

Vogais Suplentes:

Júlia Maria de Jesus Pacheco – Coordenadora dos Assistentes Operacionais

Isabel Maria Muralha Teixeira – Coordenadora Técnica

18 – Este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2018/2019.

29 de janeiro de 2019

O Diretor

Fernando Manuel Cortez Rovira